

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEXTA TURMA**

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 03 DE FEVEREIRO DE 2009**

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO NILSON NAVES
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA : EXMO. SR. DR. MOACIR MENDES SOUZA
SECRETÁRIO : Bel. ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

Às 14:00 horas, presentes os Exmos(as). Srs(as). Ministros(as) PAULO GALLOTTI, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES e JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), foi aberta a sessão. Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

PALAVRAS

O SR. MINISTRO NILSON NAVES (PRESIDENTE): Aqui estamos nós outra vez, para, formalmente dar início aos trabalhos da 6ª Turma em 2009, dando, diria eu, continuidade, melhor dizendo - porque quem de nós deixou, durante os últimos dias, de se debruçar sobre processos? -, à nossa interminável tarefa de julgar.

Sem que se gaste a palavra, surpresa alguma haveria em lhes falar da alta missão que nos toca (se grande a tarefa, maior, sem dúvida, a responsabilidade!); é nossa a obrigação de olhar, um a um, os processos que nos chegam por atacado, de dar solução a cada litígio, enfim, de decidir - e, vejam, com exatidão - sobre a liberdade alheia. Por acaso, não é essa a nossa maior inquietação?

Quem lida com as coisas da Justiça preocupa-se, sim, com a estiva e desestiva de prateleiras, preocupa-se - e não poderia ser diferente - com a segurança das decisões, também com a rapidez, é claro, principalmente quando o que se encontra em jogo é a liberdade.

Por isso, reafirmando o que disse eu quando do ingresso neste colegiado, estou disposto a acrescentar aos meus velhos e tão relidos livros de ciência boa e inesquecível algum temperamento, alguma modernidade, alguma flexibilização. Conhecem bem os senhores a minha inabalável crença de que mais vale o Penal preventivo do que o Penal repressivo. Sou daqueles, ou melhor, estou entre aqueles que não se contentam com as respostas do passado, por isso defendem- e com unhas e dentes -, a necessidade de um Direito Penal humanitário. Sem surpresa!

A propósito, em matéria penal, nós, do Superior somos - tal é o que se tem dito - referência para o país, e o somos porque os julgamentos aqui realizados têm sido marcados por posições avançadas, posições que se fundam na natureza subsidiária que o Penal sugere e recomenda.

Hoje estamos retomando, a pleno vapor, creio, a atividade judicante neste colegiado. Espero tenhamos mais um ano de mais avanços, também de consolidação - torço para que isso, de fato, aconteça - de consolidação daqueles caros e benéficos princípios que temos aqui convocado em nome da dignidade humana. Bem-vindos!

Encerrou-se a sessão às 18:51 horas, tendo sido julgados 230 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 03 de fevereiro de 2009.

MINISTRO NILSON NAVES
Presidente da sessão

ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA
Secretário